



Eduardo Cunha encontra o muro

CONGRESSO O rompimento com o governo foi um ato de desespero do peemedebista

POR ANDRÉ BARROCAL

EDUARDO CUNHA esperava mais de seu sonoro rompimento com o governo. Depois de ser citado por Júlio Camargo, da Construtora Toyo Setal, como receptor de 5 milhões de dólares em propina, o presidente da Câmara dos Deputados adotou a máxi-

ma de que a melhor defesa é o ataque. Descreveu os ocupantes do Palácio do Planalto como um “bando de aloprados”, acusou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de “obrigar o delator a mentir” e apontou uma usurpação de competência por parte do juiz Sérgio Moro, que se acharia “dono do País”. Mas, à



O delator e o deputado. Camargo, da Toyo Setal, durante o depoimento que complicou o presidente da Câmara

exceção de uns poucos partidários do quanto pior melhor, o efeito dramático do anúncio foi menor do que o imaginado pelo autor. As poucas vozes de apoio acabaram abafadas por outras tantas, que passaram a sugerir seu afastamento do cargo, prova do desgaste do seu estilo absolutista à frente da Câmara. Se o pe-



emedebista promete atirar para todos os lados quando acabar o recesso parlamentar em agosto, deve também se preparar para ser alvejado. Talvez mortalmente.

A Procuradoria-Geral da República planeja pedir no próximo mês a condenação e prisão de Cunha ao Supremo Tribunal Federal. Janot apressa-se a apresentar a denúncia antes de a presidenta Dilma Rousseff indicar o nome do futuro procurador-geral, provavelmente ele mesmo, caso venha a encabeçar a lista tríplice a ser definida pela categoria em 5 de agosto. Em conversas reservadas, os investigadores consideram que a peça contra o deputado será uma das mais bem fundamentadas dentre todas aquelas que envolvem políticos metidos na corrupção da Petrobras.

Cunha será acusado de beneficiário e sustentáculo político do esquema na Petrobras. No caso a ser levado a julgamento no STF, será acusado de receber propina da Samsung em um contrato de aluguel de navios-sondas da multinacional com a petroleira. Depoimentos do doleiro Alberto Youssef e material apreendido na Câmara pelo Ministério Público atestariam que o deputado teria usado o mandato para chantagear o lobista encarregado dos pagamentos quando a fonte secou. O peemedebista seria ainda mentor e autor de requerimentos de pedido de informação a repartições públicas formulados com o objetivo de emparedar Camargo.

Em depoimento a Moro em 16 de julho, tornado público recentemente, o lobista da Toyo Setal afirmou que o deputado cobrou 10 milhões de dólares em suborno atrasado, metade para ele e metade para

parceiros. Cunha foi ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, reclamar do juiz e tentar anular o depoimento, sob o argumento de foro privilegiado. Só o STF pode julgar deputados, senadores e o presidente da República, estabelece a norma. Providência inútil. A Procuradoria-Geral ouviu Camargo em junho, na esteira do inquérito aberto contra o deputado, em março. Favorecido por uma delação premiada, o lobista está proibido de mentir. Do contrário, perde as vantagens. Para fechar o cerco, fal-

taria rastrear o dinheiro pago em propina ao presidente da Câmara. Não se sabe se tal ligação estará comprovada a tempo de integrar a denúncia contra Cunha ou se será buscada durante o processo.

Quando apresentar a denúncia, Janot provavelmente solicitará ao Supremo o afastamento do peemedebista do cargo para evitar que ele tente atrapalhar as investigações. Mesmo se o STF negar o pedido, Cunha permanecerá fragilizado entre os pares, na opinião de um ex-presidente da Casa. Segundo ele, o parlamentar dispõe de um time forte no baixo clero, montado na eleição de 2014 à base de financiamento de campanha, e só por isso resistiu ao vídeo com o depoimento de Camargo. Mas uma denúncia formal do Ministério Público, principalmente se acompanhada de um pedido de prisão, tenderia a minar a fidelidade dessa base.

Será? “Cunha é um presidente da Câmara atípico. É forte no baixo clero, transita bem entre as lideranças da Câmara e até do Senado. O baixo clero seguirá fiel a ele? É a grande incógni-

Rodrigo Janot pretende oferecer a denúncia contra o parlamentar no início de agosto



Interesses distintos. Calheiros, também investigado, elogiou Cunha. O vice Temer vê uma “crisezinha”



Seu País

ta”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Leonardo Avritzer, para quem o carioca é hoje o principal fator de instabilidade no País.

Denúncia formal à parte, alguns deputados consideram a situação de Cunha embaraçosa demais para que ele mantenha a força demonstrada no primeiro semestre. O coro a favor de sua renúncia foi puxado por um dos vice-líderes do governo na Casa, Silvio Costa, que o comparou ao folclórico Severino Cavalcanti. Há dez anos, Cavalcanti elegeu-se presidente da Câmara e ficou sete meses no posto. Foi obrigado a se afastar para não ser cassado em decorrência da acusação de receber um “mensalinho” de um empresário. Ouvido recentemente, Cavalcanti tripudiou. Disse que a situação atual do Congresso é muito pior do que no seu tempo. A bancada do PSOL cobra o *impeachment* e recebe o apoio de congressistas experientes, entre eles, Miro Teixeira e Jarbas Vasconcelos.

Desde a divulgação do vídeo, Cunha parece isolado. Apenas quatro parlamentares estavam a seu lado quando anunciou a disposição de engrossar as hostes oposicionistas. E as companhias estavam longe de integrar a lista das mais representativas e impolutas do cenário político. André Moura, líder do PSC, acaba, por exemplo, de virar réu em um caso de improbidade administrativa e compra de votos quando era deputado estadual em Sergipe. Outro que fez questão de apoiá-lo foi o deputado Paulinho da Força, presidente do Solidariedade. Em nota, afirmou que “não será uma denúncia sem qualquer tipo de prova que irá abalar nossa confiança” no trabalho de Cunha. O sindicalista é alvo de dois inquéritos no STF. Um por peculato: em 2000, como coordenador do Banco da Terra em São Paulo, teria ajudado a desviar empréstimos oficiais destinados à reforma agrária. Outro por corrupção, aberto em 2014 a pe-



O baixo clero manterá o apoio se o Ministério Público pedir a prisão de Cunha?

dido de Janot, por suposta participação em um esquema de cobrança de propina no Ministério do Trabalho no registro de sindicatos.

Esse último inquérito é relatado pelo ministro Gilmar Mendes, que, recentemente, participou de um café da manhã com Paulinho e Cunha no qual se discutiu o *impeachment* de Dilma Rousseff. E quem advoga para o presidente do Solidariedade é Tiago Cedraz, secretário de assuntos jurídicos do partido, filho do presidente do

Pedido inútil. O deputado solicitou a Lewandowski, do Supremo, que invalide o depoimento de Camargo ao juiz Moro. Mas a PGR já ouviu o delator

Tribunal de Contas da União e alvo da Lava Jato. Tiago é suspeito de receber dinheiro de uma empreiteira para ajudá-la com pendências no TCU. O pai, Aroldo, participará da votação das chamadas “pedaladas fiscais” do governo federal, uma das frentes nas quais a oposição aposta para derrubar a presidenta.

Enfraquecido, isolado e na iminência de ser carimbado por uma denúncia da PGR, não é de se estranhar que Cunha tenha ficado a ver navios ao tentar ser recebido pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O tucano não fez esforço para encaixar o presidente da Câmara em sua agenda na terça-feira 21, como desejava o deputado. Nem seu próprio partido, o PMDB, animou-se por uma defesa mais enfática. De Nova York, o vice-presidente Michel Temer, principal liderança da legenda, classificou o rompimento como uma “crisezinha política”, dias após autorizar uma nota oficial do partido que definia o gesto do filiado como um ato estritamente pessoal. Também enrolado na Lava Jato, Renan Calheiros, presidente do Senado, elogiou o colega.

Em Brasília, o braço direito de Temer no leme político do governo, Eliseu Padilha, chefe da Secretaria de Aviação Civil, disse ter chegado a hora de o governo “intensificar as articulações”. Em outras palavras, ouvidas nos bastidores do Planalto: cobrar dos ministros a fidelidade das bancadas de seus partidos e disputar o espólio político deixado no rastro do infortúnio de Cunha. Em suma, agir para desidratá-lo ainda mais e para neutralizar vinganças arquitetadas contra o governo, casos das prometidas CPIs do BNDES e dos fundos de pensão. O presidente da Câmara parece, no entanto, a “cair atirando”. •